



EDIÇÃO Nº 14  
JULHO DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 10/05/2014  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/06/2014

## GRAMÁTICA, ENSINO E IDEOLOGIA: UMA CONTRADIÇÃO DE CONCEITOS

Claudinei Marques dos Santos<sup>1</sup>

PG/UEMS

Nataniel dos Santos Gomes<sup>2</sup>

UEMS

**Resumo:** A tradição gramatical conhecida propriamente como gramática normativa ou tradicional vem ao longo da história, promovendo no ensino e no uso da língua portuguesa no Brasil, a noção ideológica de certo e errado, o que é bonito, o que é feio, o que está norma e o que está fora da norma e, conseqüentemente estigmatizando os fenômenos da variação e da mudança linguística, como se a gramática tradicional fosse o único padrão aceitável e perfeito para se comunicar, com isso institui uma língua pura, sem mácula, e, esteticamente perfeita para comunicação (BAGNO, 2000, 2004, 2008). Quando na realidade, o que a GT (gramática tradicional) prescreve e descreve como único padrão de normas aceitáveis numa realidade social, é, todavia, perpassado por falhas, lacunas, contradições e incoerências em seus conceitos, (MATTOS & SILVA, 2008), (POSSENTI, 2004), (PERINI, 1997) o que significa, que a GT não é nem um pouco homogênea muito menos logicamente perfeitas, ao contrário, seus postulados subjacente à norma gramatical do português formulam conceitos que não convêm com as estruturas linguísticas, isto é, não há uma relação lógica entre conceito e as estruturas linguísticas, o que produz alguns paradoxos e contradições nos seus postulados, sobretudo nas referente aos artigos, pronomes e na sintaxe.

**Palavras-chaves:** Gramática, incoerência, ensino, ideologia.

**Abstract:** A tradition known grammatical rules and proper grammar or traditional comes throughout history, in teaching and promoting the use of Portuguese in Brazil, the ideological notion of right and wrong, what is beautiful, what is ugly, what is standard and what is outside the norm and hence stigmatizing the phenomena of variation and linguistic change, as traditional grammar was the only standard acceptable and perfect to communicate with this language establishing a pure, undefiled, and aesthetically perfect for communication (BAGNO, 2000, 2004, 2008). When in reality, the GT (traditional grammar) prescribes and describes how unique pattern of acceptable standards in social reality is, however, permeated by failures, gaps, contradictions and inconsistencies in his concepts, (Mattos & SILVA, 2008), (Possenti, 2004), (PERINI, 1997) which means that the GT is not at all much less homogeneous logically perfect, rather, their underlying grammar of Portuguese norm postulates formulate concepts unsuited to linguistic structures, ie, there is no logical relationship between concept and language structures, which produces some paradoxes and contradictions in their postulates, particularly in respect to articles, pronouns and syntax .

**Keywords:** Grammar, incoherence, education, ideology.

---

<sup>1</sup> [Claudneims2014@outlook.com](mailto:Claudneims2014@outlook.com).

<sup>2</sup> [natanielgomes@uol.com.br](mailto:natanielgomes@uol.com.br).



## Introdução

O caráter ideológico e anticientífico (BAGNO, 2000, 2004) que a tradição gramatical instaura no uso e no ensino da Língua Portuguesa no Brasil, estigmatizando os fenômenos da variação linguística e conseqüentemente, promovendo discursos de “certo” e “errado”, o que é bonito e o que é feio, o que está na norma o que está fora da norma, implica, assim penetrar num contexto social dominado pela gramática tradicional, estabelecida através de relações históricas, que descrevem e prescrevem funcionalmente o sistema linguístico e o analisa, a partir de critérios puramente empíricos, desvinculando a língua da realidade social dos indivíduos falantes e projetando no senso comum, a noção de erro e de pureza gramatical..

Nesse sentido, a GT historicamente (Gramática tradicional) difunde uma língua no Brasil, com uma proposta de estigmatizar os fenômenos linguísticos do português brasileiro, em favor de uma norma padrão greco-romana, (LOBATO, 1986) sem, considerar as manifestações sociais da língua. Como se, de fato, existisse uma norma superior e outra inferior; uma prestigiada e outra desprestigiada, que desde a Grécia Antiga, com Aristóteles, e depois, com os cânones literários, os tão prestigiados clássicos da literatura, vêm sendo reproduzida e disseminada no sendo comum e no ensino da língua materna.

Firmam-se no, pois, num ponto de vista de que, quando o falante não se expressa de acordo com o que está descrito e prescrito na norma gramatical comete “erro”, entretanto o que eles analisam como erro, desvio da norma, são, em verdade, variações de fala, e não erros, uma vez que só existe o chamado erro linguístico, na medida em que o outro falante, no papel de interlocutor, não entende o que está sendo lhe comunicando (POSSENTI, 2010), (PERINI, 1997).

Entretanto, esse perfeccionismo ideológico, que sustenta a ideologia do certo e errado, que tanto a tradição gramatical enfatiza e vangloria nas descrições e prescrições que faz do sistema linguístico do português, não é senão, empíricos, isto é, não possui nenhuma cientificidade, e como tal, não deixar de ter incongruências e contradições nos seus conceitos. Para Bagno: (2004, p.34) os gramáticos tradicionalistas recusam admitir que muitos do seus postulados são internamente “inconsistentes”, “contraditórios” e que “muito de suas regras são antes exceções do que regras”. O que torna o caráter até então, perfeito e bonito das normas propagadas pela GT confusos e ilógicos. Embora, pareçam coerentes e homogêneos, os conceitos gramaticais impostos pela GT. nas gramáticas normativas do Português do Brasil (GN) não deixam efetivamente de ter falhas conceituais (PERINI, 1997) (MATTO & SILVA, 1998)



Desse modo, o objetivo geral desse trabalho consiste em primeiro lugar, analisar algumas Gramáticas da Língua Portuguesa, possíveis incoerências, lacunas, falhas nas definições gramaticais, sobretudo na parte subjacente à sintaxe e aos conceitos de gênero. Tendo em vista que, a Gramática Tradicional não é nem um pouco homogênea, muito menos logicamente perfeita, ao contrário, os seus postulados concernentes à norma gramatical, não convém com as estruturas linguísticas, isto é, não há uma relação lógica entre os funcionamentos linguísticos e os conceitos gramaticais que se põe a prescrever e descrever, o que produz algumas paradoxos e mitos nos seus postulados sobre o que se entende por língua materna.

Assim, objetivo dessa pesquisa é analisar em algumas gramáticas do português essas incoerências, ou melhor, os “furos” deixados pela tradição gramatical ao descreverem e prescreverem a norma da língua portuguesa, como também, abordar, o que ideologicamente a gramática normativa designa como “erro” na fala dos sujeitos falantes do português do Brasil, sem considerar aí, os fatores sociais e históricos que, de uma maneira ou de outra, são responsáveis diretamente pela heterogeneidade de falares que surgem nos contextos sociais. Falares estes que é corpus de trabalho da Sociolinguística. Para Sociolinguística o desvio, o famoso erro a que gramática ideologicamente dissemina nos múltiplos manuais de português, são variedades da língua Portuguesa do Brasil, que irrompe nas fala dos indivíduos falantes (TARALLO, 1997). . Uma norma interna que o falante já tem disponibilizado dentro de si, que é o meio pela qual se comunica com outros falantes da comunidade linguística a que está inserido.

### **A Gramática Tradicional e a Ideologia do Erro Linguístico**

Para que se compreenda a noção de gramática normativa é preciso que voltemos um ao passado, mais precisamente, ao sânscrito, que foi onde ocorreu primeira descrição linguística de uma língua, pelo gramático hindu, Panini, no século IV.a.C. Esse gramático com objetivo de conservar os textos religiosos dos vedas, como também a pronúncia correta das prezes, descreveu o sistema linguístico do Sânscrito, com o propósito de normatizá-lo, instaurar uma norma, pois, queria proteger a língua hindu contra as invasões dos falares rudimentares, populares que invadia o território.

“Mas também, é importante enfatizar, que se deve a Grécia antiga,” o “berço de nascimento” da norma gramatical e, de onde surgiu a expressão Gramática Tradicional e, conseqüentemente a noção ideológica de certo de errado, que até hoje, se manifesta nas concepções fundamentadas pela GT,

sobretudo na do português. Conforme as palavras LOBATO, (1986)

Foi na Grécia, por volta do séc.”.V a.C., que se iniciaram, como ramo da filosofia, os estudos lingüísticos que, desenvolvidos pelos romanos, pelos trabalhos especulativos da Idade Média e pelo estudo normativo dos gramáticos dos períodos subseqüentes, constituem o que no ocidente se tem chamado “gramática tradicional. (Lobato, 1986, p.77/79).

Os estudos gramaticais gregos constituíram-se em três em principais períodos: O primeiro começou com os filósofos pré-socráticos e os retóricos, depois com Sócrates, Platão e Aristóteles, o segundo, por sua vez pertence aos estoicos. Esses dois primeiros períodos fundamentavam seus estudos na origem da linguagem, na controvérsia entre naturalistas e convencionalistas que discutiam a relação do significado com sua forma. Em síntese, os dois primeiros períodos preocupam-se efetivamente no estudo da relação da linguagem e nas reflexões lógica e retórica. Já o terceiro período da filosofia grega refere-se aos Alexandrinos, que é a parte que nos interessa, uma vez que sua preocupação era com a língua literária, e não com a filosofia ou a lógica.

Para, Gurpilhares, (2004,p.45) havia alguns fatores que interessava aos alexandrinos no estudo da língua numa perspectiva literária. O primeiro fator era o desejo de tornar acessível as obra do grande poeta e escritor grego, Homero, aos seus conterrâneos. O segundo focava-se no uso correto da Língua, de modo a preservar o grego clássico de possíveis deformações. Os estudiosos da língua literária são denominados "Alexandrinos" por terem desenvolvidos suas pesquisas na cidade de Alexandria, onde, alias, formou-se um grande centro de estudos literários e lingüísticos e, também, foi de onde proveio o que entendemos hoje por gramática tradicional.

No século II A.C., os estudiosos alexandrinos escreveram glossários e compêndios gramaticais com intuito exclusivamente de fornecer aos seus conterrâneos, a leitura dos textos clássicos de Homero. O que evidentemente havia nessa nesses escritos gramaticais se baseavam na língua escrita e pautavam-se, pois, em dois objetivos: fornecer "uma abordagem da língua dos textos literários arcaicos" e proteger o grego clássico das contaminações”.

Foi, portanto, nesse contexto prescritivo e descritivo Alexandrino que surge a noção tradicional de "certo" e "errado", que tanto enfatiza a tradição gramatical nas diversas gramáticas normativas da língua portuguesa, que não tem nada a haver com a ciência lingüística, mais nitidamente, as especulações em torno da norma gramatical não fornecem argumentos concisos, de base científica, para que seja considerada uma ciência, pautada em métodos científicos, ao contrário, propõe a explicar a língua, a

partir de concepções conservadoras da linguagem, a saber, os estudos greco-latinos sobre a linguagem, o que significa que a GT passou por todas as revoluções científicas do conhecimento humano, sem mudar seus métodos. Para Bagno, (2001, p.18.)

A Gramática Tradicional- que ainda é, de longe, a máxima fonte de inspiração doutrinária para o ensino de língua portuguesa e para as atividades econômica a ela associadas ( indústria editorial, mídia e multimídia) - repousa até hoje em bases epistemológicas que remontam a uma fase da história conhecimento humano anterior ao se convencionalmente chamar “início da ciências modernas”. Acreditar na GT como explicação válida da língua é acreditar ptolomaico como descrição da Terra e do espaço terrestre”. A GT passou incólume pela revolução promovida por Copérnico, Galileu, Kepler, Newton, e outros cientistas que, entre os séculos VXI e XVII, fizeram ruir concepções de homem, de natureza e de cosmo que havia dominado o mundo ocidental durante dois milênios.

O mundo evolui, contudo, a GT parou no tempo. Enquanto as outras ciências aprimoraram as suas premissas incorporando as revoluções científicas que surgiram ao longo do tempo, “a senhora gramática tradicional”, com aproximadamente 2000 anos idade, no entanto, ainda continua com velha metodologia de analisar a língua a partir do discurso de certo e errado, ou seja, de explicar o funcionamento das estruturas linguísticas a partir de critérios de beleza, purismos linguísticos, o que não é um método científico.

Das muitas mudanças que teve e que ainda tem o mundo científico da contemporaneidade, a GT não aderiu a nenhuma delas, muito menos “substitui seus métodos de argumentação baseados na afirmação da autoridade antigas pelos métodos científicos da observação dos dados, da verificação e testagem de hipóteses, de dedução de regras a partir de observações da realidade observável”, ao contrário criou ideologias, rituais simulando uma língua estabilizada, logicamente perfeita, estruturada, coerente e não-contraditória para bem falar e escrever, ao passo que, discrimina ao falares sociais as formas de manifestação social do português do Brasil (Bagno, (2001:19).

Isso só é possível por meio da ideologia que de Acordo Chauí (1998:114-115) que a autora,

Possui uma coerência racional pela qual preciso pagar o preço. Esse preço é a existência de “brancos”, de lacunas ou de “silêncios” que nunca poderão ser preenchidos sob pena de destruir a coerência ideológica. O discurso ideológico é coerente e racional porque entre duas “partes” ou duas “frases” há “brancos” ou “vazio”, responsável pela coerência. Assim, ela é coerente não apesar as lacunas, mas



EDIÇÃO Nº 14

JULHO DE 2014

ARTIGO RECEBIDO ATÉ 10/05/2014

ARTIGO APROVADO ATÉ 30/06/2014

por causa ou graças às lacunas. Ela é coerente como ciência, como moral, como tecnologia, como filosofia, como religião, como pedagogia, como explicação e como ação apenas porque não diz tudo e não pode dizer tudo. Se dissesse tudo, se quebraria por dentro.

O Eagleton (1997:33) concorda com Chauí (1998:13):

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações e (idéias e valores) e de normas ou regras (conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem valorizar, o que devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador.

O que é então a Gramática Tradicional senão esse conjunto regulador, sistemático, prescritivo, normativo e incoerente, que apresenta uma visão de mundo, como se fosse uma ciência que explica a realidade atribuindo a cada elemento um conceito lógico e sistemático. Um conjunto de normas internas que explicam inserido binômio descritivo\ prescritivo o funcionamento da língua. Uma explicação evidentemente baseada nos grandes clássicos da literatura portuguesa de onde GT, cria mitos sobre a linguagem, descrições e ponderações concernentes ao português brasileiro.

Para que se entenda função do mito no estudo da Gramática Tradicional recorremos às palavras de Barthes (1985, p.1670)

Ora, este processo é o próprio do processo da ideologia burguesa. Se a nossa sociedade é objetivamente o campo privilegiado das significações míticas, é porque o mito é formalmente o instrumento mais apropriado para inversão ideológica que a define: em todos os níveis da comunicação humana, o mito realiza a inversão da anti-physis.

O que o mito faz senão a inversão da realidade passa uma imagem falsa do que realmente a ciência explora nos seus diversos campos de estudos da linguagem. A proposta da GT, não é nem um pouco diferente da dos mitos, pois analisa a língua sem nenhum embasamento científico, e os dissemina na realidade, criando, dessa forma, o que a autor diz acima a “inversão anti-physis” da realidade, legitimando, fazendo uma abordagem da língua, a partir prescrições e descrições da conservadora da linguagem.

Segundo Gnerre (1991, p.14). A “legitimação é um processo que tem como componente essencial a criação de mitos de origem” que trafegam no tempo criando realidades e moldando pensamentos. Essas práticas mitológicas aglutinaram-se no imaginário social, e ensino de língua materna, imbuindo nos indivíduos à noção de que sua fala “não é português”, de que precisa de “gramática para falar” e “de que português é muito difícil”, enfim, toda uma ideologia que se trafega no tempo e se manifesta ideologicamente na mente dos indivíduos.

Bagno, (2001, p.50) apresenta alguns mitos que o senso comum convencionalmente estabeleceu sobre a língua, que com tempo, a gramática tradicional os adotou de forma a criar um efeito ideológico sobre os falantes da língua portuguesa. A primeiro mito é o da “língua única”, que segundo ele está presente numa longa tradição filológica brasileira, como em obras como “A unidade linguística do Brasil” (Elias, 1979) e “O prodigioso espírito de unidade luso-brasileira.

O transunto perfeito do ideal de nacionalidade se alcança quando, num mesmo território, se encontra uma só raça, como uma só religião, uma só moral, uma só língua, e só uma tradição, [...] Pois eu diviso em Portugal e no Brasil exemplos frisantes de nacionalidade consumadas (p.3)

Acreditar-se nesse posicionamento que não tem nada científico, de que no Brasil existe apenas há uma raça, uma religião e até mesmo uma única língua é crer, também que existe “fadas” e “duendes“. Isso é, em tese, um terreno propício para manifestação da ideologia, o mascaramento da realidade, querer transformar as ideia da classe dominante em ideias universais, para que todos sigam, sem possibilidade de desvio. Um mecanismo ideológico oriundo da classe dominante, que se identifica como “letrada”, que, na transparência simula existir cientificamente uma única língua para comunicação, mas, na realidade, é uma forma homogeneizar o real, uma vez que difunde a ideia de que existe apenas uma língua no Brasil, o padrão estabelecido pela gramática tradicional, sem se ater especificamente à grande diversidade linguística do português brasileiro, que coexiste de forma particular em cada região do país.

O segundo mito que aponta Bagno (2001: 60-64) é o da “língua estropiada” que é, as variedades do português do Brasil, que a norma tradicional determina como erro, deficiência linguística, absurdos linguísticos, fala feio e outros preconceitos que a Gramática Tradicional propaga do indivíduo falante do português. São diversos os tipos de preconceitos que a GT dissemina que, além de oprimir, força os falantes a adequar a norma tradicional, que por si só, não consegue compreender os falares sociais e, por isso, nas descrições e prescrições, qualifica a língua dos falantes de variedades não-padrão de maneiras

preconceituosas.

Só com o advento da ciência linguística no século XX, que se consegue vislumbrar a importância das variedades da língua portuguesa, visto que “são as variedades que apresentam as formas fonomorossintática mais estigmatizada no universo linguístico brasileiro: a transformação em [y] da consoante [ alfabeto internacional] ( telha> têia); a rotacização [l] de grupos consonantais (globo>grobo)” Bagno, 2001:63. Assim, o que a norma gramatical considera como língua estropiada é, na realidade, variedades do português brasileiro que é falada em várias regiões do Brasil.

O terceiro mito que Bagno (2001: 64) analisa é o da “inferioridade de língua falada”, que historicamente a GT discrimina e pondera muitas vezes como erro de português, por não articular os seus conceitos gramaticais. Não é coerente, pois, querer dizer que a língua escrita é melhor do que a língua falada, só por que, o falante comete desvios ortográficos de uma língua, não significa que seja melhor ou pior do que outra. A língua é um sistema que surge naturalmente no indivíduo, e a ortografia é de origem convencional, estabelecida politicamente pelo estado.

Sendo assim, há uma grande diferença entre língua em geral e a escrita e, também com a ortografia oficial. O chamado erro de português é, em suma, um desvio da ortografia oficial e, não erro de português. Ninguém erra naquilo que já está competente para produzir enunciados. Só existe, desse modo, o erro de português quando o falante não entende o que lhe é comunicado (POSSENTI), o que significa que uma falante já é, por si mesmo, competente para produzir enunciados de uma língua, mesmo que este não tenha nenhum conhecimento da gramática. É importante argumentar que qualquer criança falante de português, ao iniciar seus estudos, adquiriu certos tipos de conhecimentos de sua língua permite a ele construir enunciados como: “Tinha uma jabuticaba no quintal da minha avó”. Negrão, Cher e Viotti, ( 2012:95).

Sendo assim, a língua é um processo natural, inerente às características biológicas do indivíduo e a ortografia é um processo artificial, oriundo de convenções políticas, portanto, susceptível de erro por parte do falante, já que nem sempre ele consegue decorar todas as erras ortográficas.

O quarto e último mito apresentado por Bagno (2001:83) é o “da necessidade da gramática normativa” que historicamente tem sido um mecanismo ideológico poderoso usado nas escolas para simular a realidade. Nesse tipo de ensino, praticado nas instituições escolares inculcam-se a ideias nos educandos de que “português é muito difícil” ou de que “ para se falar é preciso que saiba gramática, o que apenas serve para desestimular o educando a aprender uma língua. Se bem que, essa ideologia está tão arraigada nas mentes dos educadores, que o ensino da língua portuguesa, ao invés de fazer o aluno





refletir sobre uso da gramática está o tornando reproduzidor. Para isso, Possenti (1997, p.95) sugere que;

ensino do português deixe de ser visto como transmissão de conteúdos prontos e passe a ser uma tarefa de construção de conhecimento por parte dos alunos, uma tarefa em que o professor deixe de ser a única fonte autorizada de informações, motivações e sanções. O ensino deveria subornar-se à aprendizagem.

O professor tenta ensinar uma língua que o aluno já sabe, pois ele já 'é competente, por si mesmo, para produzir enunciados da língua, só bastaria ao educador ensinar os alunos a refletir sobre o que aprende, e não reproduzir o processo mecânico e ideológico da gramática tradicional que há século doutrina o ensino de língua materna no Brasil.

Concepções mecânicas, ideológicas e retrógradas que explicam a língua intrinsecamente ligada às prescrições normativas, são as mesmas ideias que estão presentes no ensino de português nas escolas brasileira, justamente, por que, a base do ensino da língua no contexto escolar é estudo da norma gramatical e é onde está "o nó" que produz o fracasso escolar e, conseqüentemente, um desestímulo à aprendizagem da língua.

Os chamados "paragramaticais" que Bagno, (2004: 121) aborda compostos por manuais, revistas, CD ROOM e também discussões televisiva, além disponibilizarem o acesso à norma padrão, exaltam o caráter estritamente normativo e prescritivo da língua portuguesa, no entanto, por outro, perpetuam um desprezo aos falares sociais ignorando os fenômenos da variação linguística, como se a língua não fosse susceptível de mudanças a longo do tempo. E, com isso, estimulam as escolas brasileiras a adotarem a mesma abordagem metodológica que para se analisar a língua portuguesa, o que, evidentemente só faz perpetuar o preconceito e, junto a ele o "fracasso escolar", (SOARES, 1997).

Em síntese, o que tentamos argumentar nesse item foi, portanto, o círculo vicioso que a Gramática Tradicional instaurou no Brasil no ensino de língua portuguesa, sobretudo na noção ideológica de erro que propõe a GT, nos próximos itens, focar-nos-emos, num estudo sobre a gramaticalização no Brasil, e alguns conceitos incoerentes e contraditórios que a tradição gramatical vem disseminando no contexto da língua portuguesa no país.

## **Gramática Tradicional e a Gramaticalização no Brasil**

O que discutimos acima referente GT- Gramática Tradicional da Língua Portuguesa, ou mais exatamente, referente à questão do erro linguístico, que a gramática normativa, em seus múltiplos compêndios, de normas gramaticais dissemina no contexto brasileiro, é, na verdade, fatos que sucedem no uso e no ensino da língua materna no Brasil. Uma norma gramatical que se coloca como língua, quando é apenas, doutrinas gramaticais estabelecidas historicamente, como único padrão linguístico, a poder funcionar corretamente na sociedade.

Desse modo, essa Gramática Normatiza que temos hoje, é uma herança portuguesa instituída no passando, num contexto histórico, imperialista, em que Portugal precisava se desenvolver economicamente, e se expandir para outras partes do mundo. De acordo com Bagno, (2004) isso evidentemente aconteceu depois que o navegador português Vasco da Gama, em 1497, descobriu o caminho marítimo para as Índias, o que deu início à expansão marítima portuguesa, e, conseqüentemente, a formação de um vasto império e, com isso, o descobrimento regiões do planeta, que se estende desde África a Oceania, que a maior parte do mundo ignorava e desconhecia.

Com essas conquistas portuguesas ao longo do globo, a mentalidade da sociedade foi se evoluindo e, ao mesmo tempo, formando ideologias dominantes e imperialistas, isto é, criaram-se concepções ideológicas para expansão dos domínios lusitanos, sobretudo em torno da língua, que era por si mesma, um poderoso veículo dominação cultural. E, assim, concluíram os portugueses em sua perspectiva ideológica dominante, que deveriam possuir uma língua de cultura digna dessas conquistas. Se por acaso não a tivesse é preciso inventá-la. Como na época das grandes navegações, a língua de cultura que dominava a ciência, a religião e a filosofia era o latim, esta, pois, introduzida como língua para dominar os territórios conquistados, mas somente era falada por padres ou por pessoas mais eruditas, os navegadores e marinheiros, no entanto, não a conheciam, falavam a língua de seus países de origem.

Entretanto, por influência do renascimento, surge o movimento romântico, com uma atitude de valorização das línguas nacionais, em visa disso, criou-se na mentalidade não apenas dos navegadores, como também, da sociedade portuguesa de modo geral, “de que as línguas nacionais eram tão boas para aventuras quanto o latim”, o que provocou uma reviravolta na Europa, pois em 1492, foi publicado a primeira Gramática da língua espanhola, de autoria de Nabrija, no mesmo ano em que Cristóvão Colombo descobriu a América. Nabrija assume a ideologia imperialista da Europa e faz uma relação entre gramática e conquista colonial, que segundo ele “ a língua sempre foi companheira do império”, e

ainda argumenta que o objetivo da gramática era é fazer com que a língua “possa permanecer num mesmo estado e durar por todo o tempo futuro” Bagno, (2004, p.46).

Ou seja, toda uma ideologia imperialista de conservação e pureza da língua são injetados no senso comum e assumidos por sua vez, pelas gramáticas normativas, principalmente as do português. Uma das primeiras Gramáticas Normativas da língua portuguesa foi de Fernão de Oliveira em 1536, com o nome Gramática da Linguagem Portuguesa. A outra foi em 1540 de João de Barros “Gramática da língua portuguesa”, E, com o tempo, foram surgindo outros títulos de cunho gramatical, como “Regras que ensinam a maneira de escrever e ortografia da língua portuguesa, de Pero de Magalhães de Gândavo , em 1574. E também Ortografia e origem da língua portuguesa, de Duarte Nunes de Leão em 1576. E também não poderíamos esquecer de Jose de Anchieta, com sua obra sobre a língua indígena dos Tupinambás “Arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil” publicado em Coimbra em 1591, com o propósito de pregar o evangelho,”.

De modo específico, essas gramáticas serviram de base para muitos autores brasileiros para elaborar suas doutrinas gramaticais. Se que bem que, as regras da GT, são representações estéticas dos grandes escritores portugueses, por meio dos quais, a gramática ganhou prestígio e serviu como regras de bem falar, e de bem escrever e, onde os gramáticos portugueses apoiaram seus projetos doutrinários para normatizar a língua portuguesa, e propagar onde que colonizavam toda uma pureza gramatical.

Seguindo essa tendência clássica da gramática normativa, Jerónimo Soares Barbosa, publica em 1822, “Gramática Filosófica da Língua Portuguesa, que serviu de modelo para outros gramáticos a escrever suas doutrinas, com bases pressuposto filosóficos. No entanto, o ano 1881, foi o período que começou no Brasil o estudo científico da norma gramatical, a partir da publicação da “Grammatica Portuguesa”, por Júlio Ribeiro, considerado um dos nossos primeiros gramáticos prescritivista, e com ele, todo um processo de gramaticalização da língua portuguesa no Brasil. Para Silva (2006, p.6)

Essa tendência – que assinala um longo período normativista da gramaticografia brasileira – estende-se até por volta da década de 1930, quando novas propostas lingüísticas, pautadas, sobretudo na fatura literária de alguns modernistas, embora já presentes na prosa gramaticalmente irreverente de autores que os precederam, são forjadas, tendo por pressuposto a insubordinação frente as normas gramaticais puristas. Desse modo, o período que se inicia nas duas últimas décadas do século XIX e abarca as três primeiras décadas do século XX aponta para um saber metalingüístico que ainda ressuma um lastro positivista de herança lusitana (Adolfo Coelho, Teófilo Braga), apresentando como principais características de seu ideário lingüístico – o qual incidirá direta e indiretamente sobre a fatura gramatical – as querelas lingüísticas que se



apoiavam na defesa do purismo, as reformas ortográficas que propunham uma simplificação de natureza fonêmica e as discussões lexicais acerca de estrangeirismos e neologismos por empréstimo.

Nessa lista de gramáticos brasileiros pode-se incluir Maximino Maciel (*Gramática Analítica*, 1887), Pacheco Silva e Lameira Andrade (*Gramática da Língua Portuguesa*, 1887), Eduardo Carlos Pereira (*Gramática Expositiva da Língua Portuguesa*, 1907) e outros que, do mesmo que Júlio Ribeiro, se deixaram a influenciar pelos pressuposto positivista, cuja concepção adentrou no século XX, a engajar outras gerações de gramáticos no Brasil, como Celso Cunha e Lindley Cintra, Rocha Lima, Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla, e Antônio Houaiss etc.

Todos esses nomes citados são autores de Gramáticas Normativas da Língua Portuguesa do Brasil, cujas doutrinas têm como parâmetros básicos, regras que controlam a escrita dos indivíduos falantes, não só no contexto do Brasil, mas também no Portugal, que é onde a ideologia clássica da noção de erro linguístico, ainda permanece e se reproduz na sociedade, sobretudo, com o aval dos escritores brasileiros e portugueses do passado, dentre os quais, podemos citar Machado de Assis, José de Alencar, Almeida Garret, Alexandre Herculano, Graciano Ramos e Aluizio de Azevedo etc. A partir da estética literária desses escritores, os gramática normativista do século XX no Brasil, construíram uma forte tradição filológica, em que a noção de certo e errado eram as principais discussões dos compêndios publicados no país.

Por outro lado, numa abordagem científica, embora os gramáticos discutissem em seus compêndios gramaticais, a questão do erro linguístico, não se deram conta, de que algumas suas prescrições, as quais tanto vangloriam são, em tese, ilógicas, “sem pé e nem cabeça”, incoerente, contraditória, confusos e cheios de lacunas, que nem eles próprios podem explicar.

### **Análise de algumas Gramáticas do Português**

Vamos mostrar, nesta outra parte dessa pesquisa, algumas incongruências que as Gramáticas Normativas do Português expõem e difundem no contexto brasileiro. Considerando que, esse estudo sobre incoerência dos conceitos da GT são questões já estudadas por Bagno, (2004) Possenti, (2005) Perini, (1997), que apenas estaremos reafirmando algumas ideias e introduzindo outras, de maneira alternada.

Vamos começar com a Gramática Normativa do Português Contemporâneo de Celso Cunha e Lidley Cintra, (1970) em que analisa a “oração sem sujeito”. Segundo esses autores, oração sem sujeito é

aquela em que não há sujeitos na sentença. Por exemplo (01)“Chove. Anoitece. Faz frio”. Segundo eles não existe sujeito nessa sentença, mas apenas o processo verbal, que por si mesmo, é suficiente exprimir uma ideia. Quanto a essa questão não há problema. Mas, os autores se contradizem em seu postulado, quando afirmam que “o sujeito e predicado são os termos essenciais da oração”. “Como podem afirmar que existem orações sem sujeito, se o sujeito e predicado são termos essenciais. Se são essenciais significa que não podem ser retirados,ou, mesmo nem poderia dizer que são essenciais, mas acessório, que pode ser retirados da sentença sem que prejudique o significado.

Veja também o que Cipro Neto & Ulisses Infante, (1998) diz a respeito dos artigos, que é dividido definido em português em a, as, o, os e indefinido: em um, uns, uma umas”. Segundo eles artigo definido “ indica seres determinados dentro de uma espécie; seu sentido é Particularizante”. Já “o indefinido indica seres quaisquer dentro de uma mesma espécie; seu sentido é genérico”. Sendo assim, as sentenças como “Gosto muito de animais: queria ter um cachorro, uma gata, uns tucanos e umas araras”, que o autor as analisa como indefinidas. Já sentença “Meu vizinho gosta muito de animais: você precisa ver o cachorro, a gata, os tucanos e as araras que ele tem em casa”, eles as analisa como definidas. Quanto isso também sem nenhum problema.

No entanto, as sentenças:

(01)“ O homem é mortal”

(02) “A mulher tem sido discriminada desde que o mundo é mundo”

(03) “Dizem que o brasileiro em geral tem ouvido musical”.

(04) “Os carros são os maiores responsáveis pela poluição”

De acordo com essas sentenças acima, qual é o homem que é mortal? Qual mulher tem sido discriminada? Qual brasileiro em geral tem ouvido musical? Quais são maiores responsáveis pela poluição? O que autores dizem a respeito do o artigo definido afirmando, com convicção, que ele possui sentido particularizante, específico, é, em suma, relações universais, pois as sentenças nada particularizam, mas implicam, acarretam que todos os homens são mortais, todas as mulheres são discriminadas, todo brasileiro possui ouvido musical, todos os carros são os maiores poluidores.

O conceito de artigo definido nos postulado de Cipro Neto & Ulisses Infante, como aquele que particulariza o ser, teoricamente é incoerente e contraditório, não há uma lógica interna coerente, portanto, entre o diz o conceito e o que está contido na sentença, ou seja, postulam uma norma em que

o conceito não é conivente com a pratica linguística contida nos enunciados.

Vamos um pouco mais adiante nessa pesquisa continuar mostrando os furos GT na língua portuguesa. Na Novíssima Gramática da Língua Portuguesa de Cegala, (2008) encontramos a seguinte definição de pronomes “os pronomes possessivos referem-se às pessoas do discurso, atribuindo-lhes a posse de alguma coisa”.

(05) “Volto logo, querida! Tua ausência me faz sofrer muito”!

(06) “chegou a nossa vez de exigir respeito”!

(07) “Dá pra você sair da minha frente, por favor”?

(08) “Indiquei o meu jardineiro para o meu chefe”.

Teoricamente falando, poderíamos ter posse da “ausência”? “De uma vez”? da frente de alguém” ? “Ou mesmo do jardineiro ou do chefe”? ``Isso seria impossível. Se dissemos ao chefe ou patrão que ele nos pertence, provavelmente seríamos despedidos, por insubordinação.

Uma análise discursiva desses enunciados poderíamos nos mostrar que, ao invés de sermos os funcionários subordinados ao chefe, como determina os padrões sociais, seríamos o próprio chefe, ou seja, nos transformaria em chefe do dia para noite, mas, na realidade, o conceito de pronomes possessivos que aponta Cegalla, é que está provocando essa confusão, e não necessariamente os papéis sociais, uma vez que, o que ele denomina de pronome possessivos são, de fato, adjetivos, Bagno, (2001:20) e não possessivos.

Dessa forma, bem como as outras análises, em que existem incoerências internas no diz respeito aos conceitos de artigo e sujeito, essa concepção de pronome possessivo proposto por Cegalla também mostra alguns "furos", contradições interna que confundem o verdadeiro sentido para os pronomes possessivos.

Assim, nessa pesquisa poderíamos analisar vários outras inadequações conceituais aplicados à língua portuguesa pela Gramática Tradicional, que ao longo dos séculos, vem prescrevendo doutrinas gramaticais para as línguas, principalmente àquelas derivadas do latim, como o português. E o que analisamos acima são reflexos dessas doutrinas impostas e criadas pela GT no Brasil durante séculos de colônia portuguesa e europeia. Sendo assim, nesta análise preferimos escolher as incongruências mais importantes as que produzem incoerência e contradições lógicas internas nos postulados gramaticais.



EDIÇÃO Nº 14

JULHO DE 2014

ARTIGO RECEBIDO ATÉ 10/05/2014

ARTIGO APROVADO ATÉ 30/06/2014

## Considerações Finais

Ao longo dessa pesquisa sobre a Gramática Tradicional discutimos a questão erro linguístico que historicamente a GT tem difundido no Brasil, sobretudo no ensino de português, mas, também tratamos especificamente, de analisar algumas gramáticas normativas da língua portuguesa, com intuito constatar essas incoerências e contradições internas que Bagno, (2004), Possenti, (2005) e Perini (1997) já havia estudados.

No decorrer da pesquisa analisamos o conceito de artigo, de pronome possessivo e a parte refere às orações sem sujeitos em Gramáticas Tradicionais como a de Celso Cunha e Lidley Cintra, (1990), Cipro Neto & Ulisses Infante, (1998) e Cegalla, (2008), o que podemos constatar nessas análises foi que esses autores, além de reproduzir as ideologias clássicas de certo e errado, seus postulados concernente à norma gramatical do português, embora pareçam perfeitos e sem erros internos, são ilógico, incoerente e contraditórios visto que em seus postulados, não há uma relação lógica entre os funcionamentos linguísticos e os conceitos gramaticais se põe a prescrever, o que produz algumas paradoxos sobretudo, na parte referentes aos pronomes possessivos, que são analisados como se manifestasse posse de alguma coisa, quando realidade, são pronomes adjetivos e não possessivos.

Essas concepções ideológicas são projetadas não só no ensino de língua materna, como também no senso comum, através dos comandos paragramaticais elaborados com objetivos de difundir doutrinas, as propostas da GT- Gramática Tradicional no Brasil.

## Referencias Bibliográficas

BAGNO, Marcos: **Dramática da língua Portuguesa: Tradição Gramatical, Mídia e Exclusão**. Loyola, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_**Português Brasileiro? : Um convite à Pesquisa**, Parábola, São Paulo, 4ª ed. 2004.

ROLAND, Bathes: **Mitologias**. 6ª ed. São Paulo Difel, 1985.

CHAUI, Marilena: **O que é ideologia**. 38ª ed, São Paulo, 1998.



EDIÇÃO Nº 14  
JULHO DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 10/05/2014  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/06/2014

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. **Sintaxe gerativa do português**. Belo Horizonte: Belo Horizonte, 1986.

CEGALLA, DOMINGO: **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 40ª ed. São Paulo, Cia, Editora Nacional, 2008.

CIPRO NETO, P. & INFANTE: **Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo, Scipioone. 1998.

CUNHA, CINTRA, L.F. **Nova Gramática do Português contemporânea**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1965.

GNERRE, Maurizzi: **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo. Martins Fonte. 1991.

POSSENTI, Sírio. : **Por que não ensinar Gramática na escola?** Campinas, Mercado das Letras, 1987.

PERINI, MÁRIO: **Sofrendo a Gramática**. São Paulo, Ética, 1997.

TARALLO, Fernando: **Pesquisa Sociolinguística**. São Paulo, Ética, 1987.